

SUIÇA

CONFEDERAÇÃO HELVÉTICA

Chefe de Estado e de Governo:

Hans-Rudolf Merz

Penal de morte:

abolicionista para todos os crimes

População:

7,6 milhões

Esperança média de vida:

81,7 anos

Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):

6/5 por 1000

O aumento do racismo e da xenofobia nos discursos oficiais causou preocupação. Houve relatos de casos de maus-tratos por parte das forças de segurança, incluindo incidentes de motivação aparentemente racista. A violência contra as mulheres e o tráfico de pessoas continuaram, apesar das medidas legislativas para os combater.

Racismo e discriminação

Os eleitores que participaram num referendo realizado a 29 de Novembro aprovaram uma emenda constitucional destinada a proibir a construção de minaretes. Durante a campanha para o referendo, a minoria muçulmana foi seriamente estigmatizada pela propaganda política dos defensores da proibição. Na resposta ao referendo, a Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) expressou a sua preocupação pelo facto de uma "iniciativa que viola os direitos humanos poder ser levada a referendo".

O relatório periódico da ECRI sobre a Suíça, publicado em Setembro, manifestou preocupação relativamente aos discursos políticos cada vez mais racistas e xenófobos, principalmente por parte do Partido Popular Suíço. A ECRI manifestou ainda a sua preocupação relativamente à eficácia limitada da lei contra o racismo e apelou à melhoria da formação dos profissionais jurídicos encarregues da sua aplicação.

O relatório recomendou a melhoria das leis civis e criminais de combate ao racismo, particularmente através da introdução de sanções acrescidas para crimes de motivação racista.

A Comissão saudou as medidas destinadas a melhorar a integração de cidadãos estrangeiros. Contudo, o relatório notou ainda a discriminação racial generalizada no acesso aos serviços públicos. As crianças migrantes enfrentavam obstáculos acrescidos no acesso à educação. As autoridades não disponibilizaram locais de trânsito apropriados para as comunidades nómadas, as quais tinham por isso de parar em locais não designados, criando tensões com as populações locais.

Forças policiais e de segurança

Em Outubro, o Comité dos Direitos do Homem das Nações Unidas manifestou a sua preocupação relativamente aos relatos continuados de maus-tratos policiais, particularmente contra requerentes de asilo e migrantes. O Comité apelou à criação de mecanismos independentes para investigar as queixas contra a polícia.

Direitos dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo

A 1 de Janeiro entrou em vigor uma lei federal tornando obrigatório que todas as repostas negativas a pedidos de naturalização passem a explicar os motivos pelos quais o pedido foi recusado e estejam sujeitas a recurso judicial.

Em Outubro, o Comité dos Direitos do Homem das Nações Unidas manifestou a sua preocupação pelo facto de as pessoas cujos pedidos de asilo foram rejeitados estarem sujeitas a deficientes condições de vida e não terem acesso a cuidados de saúde.

A 12 de Junho, o Parlamento aprovou uma emenda à lei civil que proíbe os cidadãos suíços ou os cidadãos estrangeiros legalmente residentes no país de casarem com migrantes irregulares e requerentes de asilo cujos pedidos foram rejeitados.

Até ao final do ano, o Tribunal Administrativo Federal não tinha tomado qualquer decisão relativamente aos pedidos de asilo apresentados à Suíça em 2008 por três prisioneiros do centro de detenção norte-americano da Baía de Guantánamo. Contudo, o Tribunal inverteu a decisão do Gabinete de Migrações relativamente a um dos detidos e devolveu o caso para que fossem realizadas investigações adicionais, afirmando que os seus argumentos de defesa não tinham sido devidamente avaliados.

Em Dezembro, o Conselho Federal confirmou a concessão de protecção a um cidadão uzbeque detido na Baía de Guantánamo, e que o mesmo seria acolhido pelo cantão de Genebra assim que o memorando de entendimento fosse assinado pelas autoridades norte-americanas e suíças. No final do ano, o governo suíço admitiu a possibilidade de receber mais detidos de Guantánamo se outras autoridades cantonais aceitarem acolhê-los.

Violência contra mulheres e raparigas

Em Agosto, o Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres saudou a legislação introduzida para combater a violência contra as mulheres e o tráfico de seres humanos, mas notou a prevalência continuada deste tipo de abusos dos direitos humanos. O Comité manifestou ainda a sua preocupação por os serviços de apoio às vítimas de tráfico terem apenas sido criados num número limitado de cantões e por a legislação de protecção às vítimas ser aplicada de forma inconsistente.

O Comité apelou à criação de mais serviços de apoio para as vítimas da violência baseada no género e à tomada de medidas para eliminar a discriminação contra as mulheres de comunidades étnicas minoritárias e as mulheres migrantes. O Comité dos Direitos do Homem das Nações Unidas manifestou a sua preocupação por a Lei dos Cidadãos Estrangeiros impedir as mulheres migrantes vítimas de violência doméstica de adquirirem ou renovarem a sua autorização de residência em caso de divórcio.

Desenvolvimentos institucionais

A Suíça ratificou em Setembro o Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura. Em Outubro, o Conselho Federal nomeou uma comissão formada por 12 pessoas como mecanismo nacional de prevenção da tortura.

Em Julho, o Conselho Federal considerou "prematura" a criação de uma instituição nacional de direitos humanos independente, e autorizou em vez disso a criação de um centro universitário dos direitos humanos como projecto-piloto. Este centro iria providenciar aconselhamento e análise em matéria de direitos humanos a pedido de clientes pagantes, incluindo organismos governamentais e privados. Porém, as organizações de defesa dos direitos humanos criticaram a proposta, por não estar de acordo com os critérios internacionalmente reconhecidos no que diz respeito a este tipo de instituições ("Princípios de Paris").

Relatórios da Amnistia Internacional

📄 Suíça: Proibir a construção de minaretes constitui uma violação das leis internacionais de direitos humanos (EUR 43/001/2009)

📄 Suíça vota contra a liberdade religiosa (30 de Novembro de 2009)